

Impresso Especial

9912211301/2008 - DR/RS
Conselho Regional de
Psicologia 7ª Região
...CORREIOS...



entre linhas



ESCUTANDO SINGULARIDADES,
TRANSFORMANDO REALIDADES.

Ano X

Número 51

Abril | Maio | Junho de 2010



04 | Congresso Regional de Psicologia mobiliza categoria

06 | I Encontro de Psicoterapeutas em agosto

12 | Luta Antimanicomial em debate nas Conferências de Saúde Mental

Expediente

Publicação trimestral do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Presidente: Loiva Maria de Boni Santos
Vice-presidente: Clarice Moreira da Silva
Tesoureira: Clair Ana Mariuza
Secretária: Eduarda Coelho Torres

Conselheiros: Ana Cláudia Baratieri Zampieri, Andréa Lucas Fagundes, Anete Regina da Cunha, Ceres Simone Simon, Clair Ana Mariuza, Clarice Moreira da Silva, Deise Cardoso Nunes, Denise Macedo Ziliotto, Eduarda Coelho Torres, Fernanda Pires Jaeger, Glacir Pissolato de Freitas, Henrique Gheno Zilli, Ivarlete Guimarães de França, Karen Eidelwein, Loiva Maria de Boni Santos, Márcia Adriani Rodrigues Ribeiro, Maria de Fátima Bueno Fischer, Maria Josefina Franchini Torres, Paula Guntzel, Pedro José Pacheco, Ruben Artur Lemke, Sandra Rute Silva Martins, Sílvio Augusto Lopes Iensen, Tatiana Cardoso Baierle, Tatiana Guimarães Jacques, Tatiana Ramminger.

Comissão Editorial: Andréa Lucas Fagundes, Denise Macedo Ziliotto, Eduarda Coelho Torres, Henrique Gheno Zilli, Letícia Giannechini, Lucio Fernando Garcia, Tatiana Guimarães Jacques.

Jornalista Responsável: José Antônio Leal / Mtb 10375

Redação: José Antônio Leal

Relações Públicas: Belisa Zoehler Giorgis / CONRERP /4-30007

Eventos: Adriana Burmann

Comentários e sugestões: comunicacao@crprs.org.br

Endereços CRPRS:

Sede – Porto Alegre: Av. Protásio Alves, 2854/301
CEP: 90410-006 – Fone/Fax: (51) 3334-6799
crprs@crprs.org.br

Subsede Caxias do Sul: Rua Moreira Cesar, 2712/33
CEP: 95034-000- Fone/Fax: (54) 3223-7848
caxias@crprs.org.br

Subsede Pelotas: Rua Félix da Cunha, 772/304
CEP: 96010-000 – Fone/Fax: (53) 3227-4197
pelotas@crprs.org.br

Projeto Gráfico: Violeta Lima

Diagramação: Tavane Reichert Machado

Impressão: Ideograf

Tiragem: 14.000 exemplares

Distribuição gratuita



Cadastre-se no site
para receber
a newsletter
www.crprs.org.br

Editorial

Apontando para a reta final, nos aproximamos do final da nossa gestão. Como de praxe, o último ano de gestão também para a categoria se torna momento histórico de exercício da participação democrática, cidadania e compromisso social com o fazer Psicológico. Tomamos aqui as palavras de Paulo Freire para provocar a reflexão que tem sido o norte desta caminhada: *“Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu destino não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte, é um tempo de possibilidades e não de determinismo.”* São nas etapas do CNP que se definem as diretrizes e ações políticas que devem ser priorizadas para a próxima gestão dos conselhos regionais e do Conselho Federal de Psicologia, sendo, então, o espaço legítimo de construção da nossa profissão, em que todos somos chamados à participação política. Também este momento é disparador do processo eleitoral que deverá escolher a próxima gestão. Portanto faz-se necessário dizer da importância de nos apropriarmos deste lugar de protagonismo, no processo de construção da profissão.

Nessa edição, também conferimos a mobilização pela IV CNSM – Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial, ressaltando que essa Conferência é uma demanda da sociedade civil organizada proposta a partir da Marcha dos Usuários em Brasília em 2009.

Em meio a momentos de posicionamentos diferenciados que a Psicologia pode oferecer, destacamos a importância da participação do CRPRS em Audiência Pública com o tema do *crack* e outras drogas, tendo a possibilidade de apresentar uma visão diferenciada para o enfrentamento ao problema.

Confira os demais artigos e cobertura de eventos que ocorreram nesses últimos meses, como a Escuta de Crianças e Adolescentes, Psicoterapia como Pena, Psicologia de Emergências e Desastres, entre tantos que nós, psicólogos, realizamos em nossas práticas.

Loiva Maria De Boni Santos
Presidente

Clarice Moreira da Silva
Vice-presidente

Psicólogo, mantenha-se informado!

Além do Entrelinhas, o CRPRS mantém diversos canais de comunicação com a categoria. Atualize seu endereço de e-mail e número de telefone celular junto ao Conselho. A atualização pode ser feita pelo telefone (51) 3334.6799 ou pelo e-mail cadastro@crprs.org.br.

Índice

04	Congresso Regional de Psicologia	19	Espaço da COF
06	Notícias das Comissões	20	Artigo
12	Luta Antimaniconial	22	CREPOP
15	Notícias do CRPRS	23	Cultura Psi
17	Depoimento	24	Agenda

Psicólogo, faça a diferença!

Em 27 de agosto – dia do Psicólogo – ocorrem as eleições para escolher a próxima gestão do CRPRS. Duas chapas confirmaram as inscrições junto à Comissão Eleitoral. O seu voto, além de uma obrigação profissional, é o momento de participação efetiva e contribuição responsável para o fortalecimento de nossa categoria. Neste momento de decisão, cada um de nós é protagonista na escolha dos rumos da nossa profissão.

Para votar, o profissional inscrito deve estar com a sua situação regularizada junto ao

Conselho (adimplente e em dia com as eleições). Se você não votou nas eleições de 2007 e não justificou no período regular, entre em contato com o CRPRS para garantir o direito de participar das eleições deste ano.

Em julho, será publicado um EntreLinhas especial com informações do processo eleitoral, onde as chapas irão se apresentar e divulgar seus programas de gestão. No mês de agosto, antes das eleições, será realizado um debate entre as chapas. Todas as informações referentes ao processo eleitoral serão divulgadas no site do CRPRS (www.crprs.org.br).

Confira abaixo os locais de votação no dia 27 de agosto:

Porto Alegre – Sociedade Hebraica, rua João Teles, 508

Caxias do Sul – Subsede do CRPRS, rua Moreira Cesar, 2712/33

Pelotas – Subsede do CRPRS, Rua Félix da Cunha, 772/304

Os psicólogos de outras cidades do Interior deverão remeter seus votos pelos Correios, em envelope que será encaminhado posteriormente.

Congresso Regional de Psicologia

Futuro da profissão em debate no Congresso Regional de Psicologia

Mais de 100 psicólogos e estudantes lotaram nos dias 30 de abril e 1º de maio o auditório do Congresso Regional de Psicologia (COREP). O encontro, organizado pelo Conselho de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS), reuniu 121 delegados eleitos pelos pré-congressos realizados durante o mês de março na Capital e no Interior do Estado. O evento oportunizou a discussão e a votação das teses que serão encaminhadas para o VII Congresso Nacional de Psicologia e que orientarão o exercício da Psicologia nos próximos anos.

Foi exibido no início do evento um vídeo produzido pelo Conselho Federal de Psicologia

com a história dos seis congressos anteriores, ressaltando a importância da mobilização da categoria para o futuro da profissão. Os trabalhos foram iniciados com a eleição da mesa diretora, formada pelas integrantes Loiva Maria de Boni Santos

(coordenação), Tatiana Baierle (secretaria), Carla Bottega e Guilene Salerno (relatoria).

No primeiro dia de congresso, os psicólogos iniciaram os trabalhos com a votação do regulamento do



COREP e dividiram-se em grupos para a discussão das teses a serem encaminhadas para o VII CNP. Os trabalhos do segundo dia começaram na manhã do sábado com a conclusão das discussões e a votação das teses. No final do evento foram eleitos os delegados que representarão o Rio Grande do Sul no VII CNP de 3 a 6 de junho.

Além dos delegados, o evento contou com a presença de estudantes da área e psicólogos observadores. A Conselheira Presidente do CRPRS agradeceu a presença de todos, parabenizando a mobilização da categoria. “O Congresso Regional abre espaço para a discussão do projeto ético e social da Psicologia. Nossa categoria necessita do aprimoramento dos debates, com o respeito às diferenças e a promoção da participação política dos psicólogos”, ressaltou Loiva.



Confira a lista dos delegados eleitos para o VII CNP:

1. Vera Lucia Pasini
2. Alexandra Maria Campelo Ximendes
3. Dirce Terezinha Tatsch
4. Loiva Maria de Boni Santos
5. Taíse Dias
6. Maria da Graça Correa Jacques
7. Ana Paula Eid
8. Jerto Cardoso da Silva
9. Ildo Paulo Salvi
10. Lilliane Gallina Scabeni
11. Lucimara Zammo Siqueira
12. Flávia Flach

Suplentes

1. Ramiro Bürger Schönardie
2. Jonice Machado Silveira
3. Miriam Rejane Corso
4. Simone Bampi

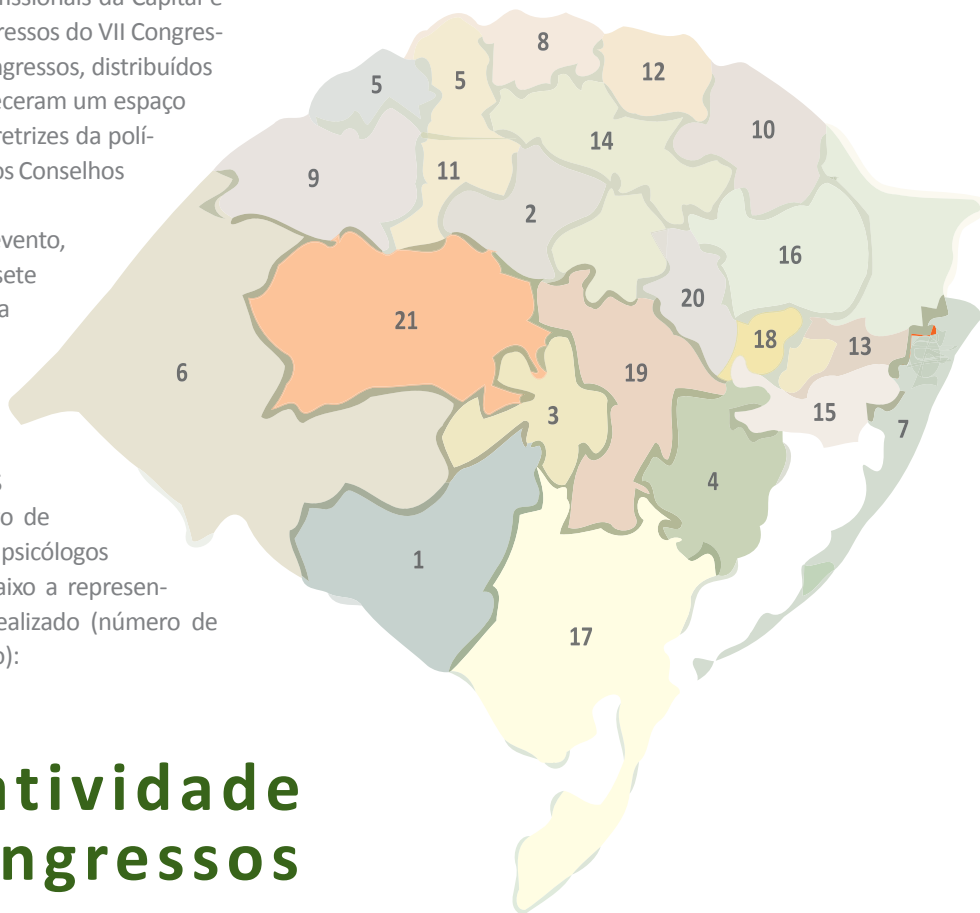
Observadora

Ana Carla Winter



Em março, os psicólogos do Rio Grande do Sul tiveram a oportunidade de participar da definição dos rumos da profissão nos próximos anos. Profissionais da Capital e interior compareceram aos pré-congressos do VII Congresso Nacional de Psicologia. Os pré-congressos, distribuídos por todas as regiões do Estado, ofereceram um espaço democrático para a discussão das diretrizes da política nacional a ser implementada pelos Conselhos de Psicologia no triênio seguinte.

Na edição passada do evento, em 2007, o Estado contou com sete pré-congressos. Neste ano houve a ampliação da participação, com a realização de 21 pré-congressos durante o mês de março. O aumento é reflexo do processo de interiorização que a gestão do CRPRS vem empreendendo, com o objetivo de fortalecer a representatividade dos psicólogos do interior na entidade. Confira abaixo a representatividade de cada pré-congresso realizado (número de cidades e psicólogos ativos por região):



Representatividade dos Pré-Congressos

1) Pré-Congresso de Bagé

Região da Campanha
5 cidades
220 psicólogos

2) Pré-Congresso de Cruz Alta

Região do Alto Jacuí
10 cidades
107 psicólogos

3) Pré-Congresso de Cachoeira do Sul

Região Jacuí Centro
5 cidades
117 psicólogos

4) Pré-Congresso de Camaquã

Região Centro-Sul
12 cidades
120 psicólogos

5) Pré-Congresso de Santa Rosa

Região da Fronteira Noroeste e Celeiro
28 cidades
123 psicólogos

6) Pré-Congresso de Sant'Ana do Livramento

Região da Fronteira Oeste
11 cidades
252 psicólogos

7) Pré-Congresso de Capão da Canoa

Região Litoral
15 cidades
161 psicólogos

8) Pré-Congresso de Frederico Westphalen

Região do Médio Alto Uruguai e Rio da Várzea
27 cidades
147 psicólogos

9) Pré-Congresso de Santo Ângelo

Região das Missões
15 cidades
202 psicólogos

10) Pré-Congresso de Lagoa Vermelha

Região Nordeste
14 cidades
174 psicólogos

11) Pré-Congresso de Ijuí

Região Noroeste Colonial
10 cidades
136 psicólogos

12) Pré-Congresso de Erechim

Região Norte
17 cidades
193 psicólogos

13) Pré-Congresso de Taquara

Região do Paranhana - Encosta da Serra e Hortênsias
11 cidades
146 psicólogos

14) Pré-Congresso de Passo Fundo

Região da Produção e Alto da Serra do Botucarai
36 cidades
540 psicólogos

15) Pré-Congresso de Porto Alegre

Região Metropolitana Delta do Jacuí
9 cidades
6.289 psicólogos

16) Pré-Congresso de Caxias do Sul

Região da Serra e Campos de Cima da Serra
30 cidades
1.180 psicólogos

17) Pré-Congresso de Pelotas

Região Sul
18 cidades
881 psicólogos

18) Pré-Congresso de São Leopoldo

Região Vale do Rio dos Sinos e Vale do Caí
14 cidades
1.176 psicólogos

19) Pré-Congresso de Santa Cruz do Sul

Região Vale do Rio Pardo
24 cidades
286 psicólogos

20) Pré-Congresso de Lajeado

Região Vale do Taquari
18 cidades
183 psicólogos

21) Pré-Congresso de Santa Maria

Região Central e Vale do Jaguari
19 cidades
571 psicólogos

Vem aí: I Encontro de Psicólogos Psicoterapeutas

Em agosto, ocorrerá o I Encontro de Psicólogos Psicoterapeutas do RS promovido pelo CRPRS. O objetivo do evento é congregar os psicólogos que trabalham com a prática clínica, discutindo o que é comum desta prática, independente de abordagem e linha teórica, bem como locais de trabalho. Queremos atingir e chamar os colegas da capital e do interior, discutindo e pensando juntos em estratégias para enfrentamento de conflitos e experiências comuns àqueles que exercem a clínica.

A partir dos temas levantados durante os fóruns do Ano da Psicoterapia durante o ano de 2009, a Comissão da Psicoterapia do CRPRS criou esse evento, fomentando,

assim, a aproximação e diálogo entre os psicólogos. As novas demandas trazem desconforto e discussões, como a realização de atendimento mediado por computador, a inclusão do serviço nos planos de saúde e a possível privatização de práticas. Para tanto, foram pensadas mesas que incluam os diferentes temas relacionados, possibilitando o amplo debate com os convidados e a construção de ideias e referências por parte dos presentes.

Entre os convidados já confirmados, o psicólogo Maurício Neubern, psicoterapeuta e professor da UnB, autor de um dos capítulos do Caderno com Textos Geradores para o Ano da Psicoterapia.

Confira as mesas programadas:

• **Quem é o dono da Psicoterapia? Reflexões sobre a Complexidade, a Psicologia e a Interdisciplinaridade.**

• **A sociedade mudou. E a psicoterapia?**

Discutindo sobre:

- Psicoterapia pela Internet
- Novas demandas sociais
- Psicoterapia nas Políticas Públicas

• **Da babel terminológica a diálogos possíveis: o que é comum entre os psicólogos psicoterapeutas**

Discutindo sobre:

- Privatização de práticas

- Regulamentação da psicoterapia
- Psicoterapia nos planos de saúde

AGENDE-SE:

I ENCONTRO DE PSICÓLOGOS PSICOTERAPEUTAS DO RIO GRANDE DO SUL

Dias 20 e 21 de agosto de 2010 (sexta e sábado)

Local: Hotel Coral Tower – Porto Alegre

Avenida Protásio Alves, 2966

- Não haverá custo para o psicólogo se inscrever.
- Mantenha-se informado através do site www.crprs.org.br e na próxima edição do Entrelinhas.
- Inscrições pelo e-mail: eventos@crprs.org.br.

Confira o artigo do psicólogo Maurício Neubern, um dos convidados do evento:

Quem é o Dono da Psicoterapia?

Reflexões sobre a Complexidade, a Psicologia e a Interdisciplinaridade

Maurício S. Neubern

A psicoterapia, na atualidade de nosso país, atravessa importantes dilemas. Se, por um lado, ela se aproxima cada vez mais da realidade social, oferecendo propostas compatíveis e bem-vindas quanto a suas necessidades, por outro, discute-se sobre quem pode ter o direito de exercer esse métier. Embora as diferentes vozes concordem sobre a complexidade do campo, algumas vozes reivindicam a abertura dele a outros profissionais, alegando razões históricas e interdisciplinares, enquanto alguns grupos de psicólogos reivindicam a exclusividade, alegando, principalmente, a pertinência e adequação de sua preparação para tanto. Sem a pretensão de trazer respostas a tais questões, este texto buscará apontar alguns caminhos para essa

discussão, levantando tanto a questão da complexidade na psicoterapia como o debate entre abertura e exclusividade.

Psicoterapia e Complexidade: Desafios de Uma Clínica Ampliada

A discussão epistemológica contemporânea em psicoterapia tem assistido a oposição de considerável importância, que não pode passar despercebida ao clínico. Se, por um lado, estamos numa época em que o fundamentalismo teórico procura resguardar ferozmente seus espaços sob distintas ideologias, por outro, existe uma reflexão crítica que propõe a abertura da noção de psicoterapia quanto a pontos comumente vistos como dogmas na formação do psicoterapeuta.

No primeiro caso, o radicalismo, mesmo que por vezes disfarçado, mantém a perspectiva exclusivista não só em termos de teoria, como também de proposta terapêutica. Surgem propostas terapêuticas que, além de manter o ideal obsoleto de uma psicoterapia de fato científica, isto é, condizente com o positivismo dominante na ciência moderna (STENGERS, 1995), associam-se a uma ideia salvacionista, que, sempre aliada a uma promessa de eficácia, encontra considerável eco nos dilemas típicos do sujeito contemporâneo das sociedades globalizadas (BAUMANN, 1998). Assim, tais propostas, que compreendem abordagens psicoterápicas e medicamentosas, geralmente são associadas a grupos de alto poderio econômico e lutam freneticamente por espaços na sociedade, enfatizando o próprio poder técnico de que dispõem, mas sem maiores considerações quanto a questões essenciais da psicoterapia, tais como a participação do sujeito e a construção do contexto terapêutico. Na desqualificação das propostas rivais, tais propostas inserem-se ferozmente no mercado, abrangendo desde a divulgação científica dos congressos, a mídia, o mercado editorial e os espaços de formação. Nesse sentido, vale destacar que elas, que se arvoram a uma cura a bem dizer mágica e imediata, tornam-se bem-vindas numa sociedade marcada por alta vulnerabilidade subjetiva, cujo cotidiano é perpassado pela lógica de consumo, pelo individualismo e pela fragilidade dos laços sociais (BAUMANN, 1998; LYPOVESKI, 2007).

Por outro lado, a reflexão crítica avançou consideravelmente no sentido de desconstruir determinados alicerces que ocupavam espaço nada desprezível na formação como na prática do psicoterapeuta. A busca de uma teoria capaz de fazer calar as demais em termos de coerência científica e eficácia parece ter se tornado, no mínimo, um ideal distante, principalmente porque, em mais de 100 anos de psicoterapia, não foi possível ainda o estabelecimento de uma noção de progresso tal como ocorre nas ciências da natureza (STENGERS, 2001). Tanto o peso como o papel conferidos outrora à teoria também têm passado por reformulações significativas: elas não são mais vistas como espelho da realidade (McNAMME & GERGEN, 1998), nem como um corpo transcendente, a-histórico e inquestionável sobre para o qual deveriam ser transpostas de forma linear as informações da realidade (GONZALEZ REY, 1997; ROUSTANG, 2001); pelo contrário, as teorias passam a ser vistas como um conjunto de referências que possibilitam o diálogo com a realidade, sem apresentar as respostas e soluções finais desse diálogo (GONZALEZ REY, 2007; NEUBERN, 2004). Em vez de buscar regularidades e sentidos universais, impondo-os à realidade, as teorias passam a se centrar muito mais na perspectiva de compreensão dos sentidos construídos localmente, que não são dados a priori, mas que emergem dos jogos sociais e culturais em que o sujeito toma parte em seu cotidiano (ANDERSON, 1997; GERGEN & KAYE, 1998). Tais perspectivas coincidem tanto com as possibilidades de articulação entre propostas distintas (DELOURNE, 2001; NEUBERN, 2004; PAGÈS, 1993), como com uma maior abertura do campo da psicoterapia para a sociedade, onde ela passa a lidar com questões mais

complexas do cotidiano, como a violência, a pobreza, a exclusão social e os problemas institucionais.

O que essas reflexões parecem destacar é que, cada vez mais, os problemas enfrentados pelo psicoterapeuta são problemas de complexidade. Tomando-se como exemplo a depressão, que se constitui na atualidade como uma pandemia típica das sociedades contemporâneas (YAPKO, 2006), é necessário conceber que sua análise vai muito além de uma simples observação de sintomas ou de processos intrapsíquicos. Sua queixa se articula tanto com problemas de ordem orgânica como com uma sociedade de exigência de performance e consumo (EHRENBERG, 2000), ao mesmo tempo em que denota, vez por outra, a fragilidade dos laços sociais e o empobrecimento das trocas afetivas (BAUMANN, 2004; GALENDE, 1996). Mas, ao mesmo tempo, quem toma parte dessas negociações é um sujeito que vê seu mundo interno falir diante de tantas exigências, que paga as consequências de um estilo de vida individualista e se sente incapacitado de criar outras opções diante de um tecido social comprometido e, frequentemente, fragmentado (GONZALEZ REY, 2007). A expressão de um sintoma como a depressão é perpassada por diferentes registros, sejam eles de ordem social, política, econômica, sejam culturais, que se articulam com a ação de um sujeito complexo que é simultaneamente produtor e produto dessa sociedade. Em outras palavras, a fala, a construção de sentidos e emoções desse sujeito remetem a uma amplitude de processos, que não se esgotam num único foco de entendimento (o indivíduo) nem num único aporte teórico, mas exigem a possibilidade de diálogo com a complexidade que os perpassa.

Essas considerações levam a pensar que a psicoterapia consiste num campo de atuação muito mais amplo do que a relação entre duas ou mais pessoas, vistas sob um foco de indivíduo fechado em si mesmo. Ela remete a uma possibilidade de construção do conhecimento, como de uma relação clínica, marcada por articulações entre diferentes dimensões que acontecem numa relação (NEUBERN, 2004), o que implica, basicamente, dois grandes desafios para o psicoterapeuta.

Primeiramente, há a necessidade de que ele esteja imbuído de espírito de pesquisa, não no sentido de um mero aplicador de instrumentos, mas no compromisso de dar continuidade a seus pensamentos sem se contentar com respostas finais, substancialistas e conclusivas. Lidando com tal diversidade de processos, ele adentra a relação com o outro sem saber onde suas ideias chegarão e quais configurações de processos ocorrerão naquele momento de encontro. Ele se depara exatamente com noções como a incerteza e o imprevisível, que demandam de si a necessidade de que se assuma como sujeito do conhecimento que não se escraviza a uma teoria, mas pode até corrompê-la diante das necessidades impostas por suas construções.

Nesse sentido, não é a confirmação da teoria que importa, mas a construção do sujeito que transforma o conhecimento (um substantivo) em um ato de conhecer (verbo, uma ação) de maneira que este conhecer pode ser generalizado não por seus resultados, mas exatamente

Notícias das comissões

por sua exemplaridade, isto é, pela forma em que seu processo ocorreu (SANTOS, 1989). A responsabilidade das construções, portanto, não deve cair sobre um corpo impessoal como a teoria, mas sobre o psicoterapeuta enquanto sujeito, pois é ele quem toma parte na relação com o outro e faz que tomem vida as diferentes vozes teóricas que o habitam.

Em segundo lugar, há o problema da diversidade. Conforme já levantado, a demanda dos sujeitos que acorrem à psicoterapia hoje é perpassada por uma grande diversidade de dimensões que extrapolam em muito a visão de uma única abordagem teórica. A construção de sentidos, de processos simbólicos, de formas de relação de diferentes sujeitos e contextos encontram possibilidades de articulação que não têm como ser antecipadas por um arcabouço específico. O problema torna-se maior nesse sentido, uma vez que a tradição do conhecimento científico, inclusive a psicoterapia, tem sido a de simplificação, a da redução de focos e ideias e não a da articulação (MORIN, 1990). No entanto, em vez de afirmar a impossibilidade de tal empreitada, é possível proceder, sem qualquer garantia de solução, à eleição de campos, onde tais articulações sejam possíveis. No caso da psicoterapia, a noção de subjetividade² torna-se promissora, uma vez que é a partir dela que se desenvolveu a possibilidade de construção das ciências humanas (MORIN, 1991; SANTOS, 1987) como também do campo da psicoterapia (NEUBERN, 2005). De certa maneira, é nela que se encontram as diferentes abordagens psicoterápicas, como também os diversos campos de estudo das ciências humanas e de outros campos, como as artes e a filosofia. Porém, como se trata de uma noção marginalizada ainda no interior do próprio paradigma científico, não é possível prever quais as implicações de que seja tomada como uma noção fundamental não só no que se refere a uma forma de fazer ciência, como também de promover tais possibilidades de articulação. De qualquer forma, o problema está aberto e a psicoterapia, em meio a tantos dilemas atuais, não tem como deixar de se deparar com ele.

Psicoterapia e Psicologia: Exclusividade ou Abertura?

O exposto acima permite considerar que, sendo a psicoterapia ligada a um campo complexo como a subjetividade, dificilmente ela pode se constituir como campo exclusivo de uma única disciplina, como a Psicologia. A própria história da psicoterapia mostra um conjunto de influências diversas que vale a pena recapitular de forma breve. Entre os precursores do magnetismo animal francês, Alexandre Bertrand (citado em NEUBERN, 2006), ainda em 1823, antecipava o problema, ao se colocar como um médico filósofo, destacando que a Medicina organicista de sua época não seria capaz de explicar os intrincados fenômenos do sonambulismo, enquanto seu contemporâneo, o Marquês de Puységur (CARROY, 2000; MÉHEUST, 1999), que lançou as primeiras sementes da psicoterapia na modernidade, embora não utilizasse esse termo, possuía formação militar.

Algumas décadas mais tarde, a Medicina torna-se dominante no campo e o termo “psicoterapia”, em 1872, é utilizado pelo médico inglês Tuke (citado em ROUDINESCO 2005), referindo-se à cura pela fala. Na França, o termo é amplamente divulgado pelo médico e hipnotista Hyppolite Bernheim (1891/1995) e também ganha significativas contribuições de seu colaborador e filósofo belga Joseph Delboeuf (1885/1993). O século XX é marcado por uma série de contribuições oriundas de médicos, até mesmo porque a Psicologia ainda se mantinha restrita aos espaços acadêmicos em sua cruzada pelo reconhecimento científico. Desde o criador da Psicanálise a nomes ilustres como Jung, Perls, Moreno, Erickson, Frankl, as contribuições parecem marcar essa tendência, embora um movimento significativo da segunda metade do século – a terapia familiar – tenha se inspirado amplamente no trabalho de Bateson, antropólogo, e aberto o campo a profissionais de outras formações, como os psicólogos. Vale lembrar, ainda, que no Brasil a hegemonia médica se manteve e apenas por volta dos anos 60 os psicólogos obtiveram o direito reconhecido de praticar a psicoterapia. Não é sem razão que a crítica contra o corporativismo dos psicólogos pode, facilmente, argumentar que o fechamento do campo a uma única disciplina poderia favorecer a um considerável enrijecimento capaz de empobrecer práticas e reflexões teóricas.

Entretanto, antes que o apelo de exclusividade dos psicólogos seja considerado puro corporativismo, principalmente após considerações históricas importantes como estas, é necessário que a discussão seja aprofundada em torno do termo “formação”. Isto porque mais importante que o título em si é o percurso traçado por tais personagens que, compreendendo a complexidade da subjetividade como um campo de estudo, extrapolaram seus próprios limites disciplinares buscando articulações entre disciplinas diferentes. Era necessária a busca de relações de certa forma proibidas para que novas possibilidades explicativas surgissem de modo mais fértil diante de processos que iam muito além dos muros e guetos de um único saber. É assim que Bertrand busca socorro na Filosofia, Freud no estudo clássico, Jung na Mitologia, Moreno no teatro e no hassidismo, Erickson na Antropologia, entre outros, a fim de traçarem novas reflexões sobre suas práticas e poderem estabelecer relação mais próxima com as pessoas. Não foi sem razões que a psicoterapia se tornou tão diversificada e que diferentes influências filosóficas e disciplinares vieram a compor seu campo (ELLENBERGER, 1970).

É nessa perspectiva que consideramos a importância de que o tema da exclusividade ou abertura seja tratado não em termos da pura origem acadêmica, mas de um “savoir-faire” necessário para a construção do papel de psicoterapeuta. Acrescentamos ainda que o grito exclusivista dos psicólogos seja lido de outra forma, pois suas contribuições não podem ser esquecidas neste momento, já que são bastante significativas em termos desse “savoir-faire”. Por um lado, a própria construção da Psicologia no século XX tem sido marcada por uma diversidade nada desprezível de escolas teóricas e disciplinas, de modo muito semelhante

ao que ocorreu com a psicoterapia. Nesse sentido, embora os psicólogos necessitem de uma reflexão epistemológica mais profunda, principalmente por sua tendência a se fechar radicalmente em guetos teóricos que não permitem o diálogo com a diferença, a formação em psicologia é talvez a mais diversificada e próxima das necessidades de formação em psicoterapia: além de lidar com diferentes escolas teóricas, o psicólogo se depara com disciplinas ligadas a desenvolvimento, aprendizagem, cognição, psicopatologia, psicologia familiar, psicologia social, sem contar a interface com outros campos, como iniciação à ciência, Antropologia, Sociologia, Filosofia, psicofarmacologia e neurociências. Desse modo, não são apenas os autores clínicos que influem na forma de pensar, tanto em termos da construção de procedimentos técnicos, como no que se refere à sensibilidade teórica que se desenvolve quanto a processos específicos da subjetividade. É assim que surgem propostas oriundas de outros campos e autores, como Skinner, Vigotsky (GONZALEZ REY, 2007) e da Psicologia Social (GERGEN, 1996). Vale mesmo destacar que essas construções remetem a uma dependência estreita entre psicoterapia e psicologia, na qual boa parte dos sistemas teóricos desta última foram originados ou guardam intensas relações com as contribuições de psicoterapeutas.

Devemos ainda destacar que a questão do *savoir-faire* não se restringe apenas a questões históricas e de formação curricular: ele remete principalmente a um conjunto de práticas sociais voltadas para a construção do papel do psicoterapeuta. No Brasil, particularmente, existe a instituição do estágio na universidade, em que o estudante é inserido em um conjunto de práticas específicas que o auxiliam a se posicionar diante dos dilemas cotidianos da prática clínica. Além de leituras teóricas e seus debates, ele conta com duas práticas da mais alta importância: o atendimento clínico e a supervisão. Enquanto no primeiro ele vivencia as questões cotidianas da realidade social e da subjetividade das pessoas, no segundo ele desenvolve a possibilidade de uma práxis que o leva não só ao desenvolvimento de habilidades técnicas, mas também a uma articulação com a teoria de forma orgânica, rica e dinâmica, que dificilmente poderia ser atingida pela simples leitura de sala de aula. Em outras palavras, essas práticas permitem um diferencial considerável, pois não se restringem à transmissão técnica, mas a uma articulação com as tradições teóricas que remetem não só a um acurado potencial explicativo, como também à dimensão política da Psicologia como ciência. Não é, portanto, qualquer narrativa ou explicação que pode ganhar legitimidade na prática psicoterápica, uma vez que as próprias teorias que as sustentam apresentam um papel de grande importância nesse sentido.

Dito isto, consideramos que a construção de soluções entre a abertura ou exclusividade do campo da psicoterapia não deve consistir na simples decisão por um ou outro lado. Ao mesmo tempo em que as vozes favoráveis à abertura alertam para as raízes históricas de uma clínica complexa e para os riscos de enrijecimento do campo, a reivindicação dos psicólogos possui certa pertinência, apesar do corporativismo, uma vez que remete a

uma formação diversa e a todo um *savoir-faire* já desenvolvido de forma muito significativa. Se as vozes favoráveis à abertura acenam com a possibilidade da renovação, da multiplicidade e da injeção do novo, os psicólogos se posicionam com a autoridade de um trabalho já desenvolvido que, de certa forma, lhes coloca numa posição central. Estamos, portanto, num momento de diálogo e é de suma importância que as diferentes vozes sejam ouvidas no que possuem de pertinente e que os contextos de negociação sejam construídos para que a participação dos diferentes permita a construção de soluções capazes de dialogar com a complexidade da práxis psicoterápica.

Duas Palavras de Conclusão

No que se refere à ideia de uma clínica ampliada devido à sua complexidade, consideramos que seja necessário o resgate do espírito de pesquisa na psicoterapia. Como já levantado, não a pesquisa mecânica e sem vida, limitada à aplicação de instrumentos, mas a pesquisa que se faz pelo espírito do sujeito que busca a inovação e a possibilidade de perguntar sempre a partir das respostas que surgirem (BACHELARD, 1996). Assim, é importante que o psicoterapeuta desenvolva a possibilidade de se reinventar, no sentido de aprender a dialogar e questionar suas próprias teorias, e não simplesmente se submeter a elas como um escravo. É necessário que aprenda a assumir sua condição de sujeito. Parafraseando Bachelard (1996) no espírito científico é possível venerar o mestre, criticando-o. O espírito de escola tem sido um dos principais motivos para o fechamento dos guetos teóricos e para a barreira que impede o diálogo entre pensamentos distintos (ROUSTANG, 2001).

Já no tocante ao problema da exclusividade, consideramos fundamental que os argumentos sejam aprofundados e que os psicoterapeutas coloquem em prática a habilidade do diálogo, indo além das aparências de títulos e diplomas que alimentam um cabo-de-guerra improdutivo. Ambas as vozes possuem argumentos pertinentes, como já levantado, e podem contribuir significativamente para a construção de soluções condizentes com a complexidade do campo da psicoterapia. No entanto, é necessário que essa discussão permita uma reflexividade, em que seus interlocutores possam colocar em pauta as questões que os perpassam, principalmente em termos de suas próprias instituições, práticas sociais e de um tema que, apesar de sua potência, pouco tem surgido no debate – o mercado. Dialogar sobre tais temas é uma questão não só de maturidade, mas de condição para a construção da abertura de reflexão necessária para a psicoterapia. Afinal, como diria Morin (1991) se nos recusamos a conversar com os demônios que nos habitam, eles podem nos possuir e até nos devorar.

Confira as referências bibliográficas e o Caderno completo do Ano da Psicoterapia no site
<http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/publicacoes/>

Palestra “Psicoterapia como Pena” lota auditório do CRPRS

Psicólogos e estudantes lotaram na sexta-feira, 9 de abril, o auditório do CRPRS para assistir à palestra “Psicoterapia como Pena”, apresentada pelo psicólogo carioca Pedro Paulo Bicalho. O palestrante relatou o cotidiano dos psicólogos nos órgãos policiais do Rio de Janeiro e fez diversos questionamentos sobre as práticas da psicoterapia no âmbito judicial.

“Por que algumas práticas da psicoterapia acabam funcionando como práticas de judicialização?”, questionou Bicalho. O psicólogo relatou que, em sua experiência como oficial psicólogo da Polícia Militar do Rio de Janeiro, sessões de psicoterapia eram impostas a determinados indivíduos sem questionar sua vontade em participar do tratamento.

O palestrante chamou a atenção para a necessidade dos psicólogos avaliarem suas práticas continuamente. Bicalho deu o exemplo do encaminhamento de menores aos conselhos tutelares: “Será que a categoria ‘família desestruturada’, da família não-nuclear, não é um conceito que naturalizamos? Talvez nossas práticas produzam determinados entendimentos sem que nos demos conta disso, e tais conceitos acabam funcionando como critérios de penalização”.



O psicólogo também relacionou o tema da palestra com a discussão da luta antimanicomial, ressaltando que a rede substitutiva de serviços não pode assumir o papel da penalização. “A reforma psiquiátrica não se resolve apenas com uma questão física. Não basta extinguir os manicômios, mas evitar que os espaços abertos que os substituíam também obedeçam à lógica manicomial”, alertou.

Bicalho ainda chamou a atenção entre certas práticas dos profissionais e o reforço que podem trazer para o preconceito existente na sociedade, como a homofobia. “Nós, psicólogos, não matamos homossexuais, mas será que, ao incluirmos os homossexuais nas categorias da falta, perversão ou subdesenvolvimento, não estamos produzindo a exclusão desses indivíduos?”, provocou. Ao final da palestra, foi aberto espaço para perguntas e depoimentos de psicólogos e estudantes, possibilitando a troca de experiências entre os profissionais da categoria.

Assista à gravação da palestra no blog do CRPRS: blog.crprs.org.br



Notícias das comissões

CRPRS defende participação da Psicologia na rede pública de ensino em Caxias do Sul

Psicólogos e estudantes da área participaram em 31 de março da Tribuna Livre da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul. O objetivo da participação era divulgar junto à comunidade e aos representantes políticos a contribuição que psicólogos podem oferecer através de sua inserção em instituições de ensino, auxiliando na promoção de uma educação de qualidade.

Em discurso na tribuna, a Conselheira Presidente do CRPRS Loiva Maria de Boni Santos defendeu a criação de lei municipal que institucionalize a função de psicólogo na rede pública de ensino, com a contratação de profissionais por meio de concurso público. “Alguns psicólogos que hoje atendem a rede pública de Caxias do Sul são professores concursados que tiveram finalizado sua formação e foram assumindo algumas atividades do trabalho do psicólogo na escola, mas encontram-se em desvio de função. Reconhecer a sua identidade profissional e gratificá-los por isso é uma atitude honrosa de valorização deste profissional, não somente pela questão salarial, mas especialmente pelo reconhecimento de seu status quo”, ressaltou.

Reunião com secretários – Além da participação na Câmara dos Vereadores, a Conselheira Presidente participou na tarde de 19 de abril de reunião com o secretário da Educação de Caxias do Sul (RS) e o secretário de gabinete do prefeito do



município José Ivo Sartori. A conselheira entregou na ocasião carta reivindicando a criação do cargo de psicólogo no ensino público do município.

“A visita é um alerta para a realidade das escolas de periferia e deverá fazer o gestor pensar em quais possibilidades podem surgir dessa conversa”, declarou o secretário de gabinete Édson Néspolo. A Conselheira Presidente afirma que a iniciativa deverá ter continuidade: “O próximo passo é pleitear junto à Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores a criação de projeto de lei propondo a criação do cargo”.

GT Novos Psicólogos em Caxias do Sul



Acompanhar os psicólogos recém formados, auxiliando-os em suas dúvidas, ansiedades e nas dificuldades inerentes ao início da profissão: esse tem sido o objetivo do Grupo de Trabalho Novos Psicólogos, que é realizado desde janeiro de 2008 na subsede serra.

O GT é iniciado com os formandos ainda antes da formatura em encontro onde é apresentado o CRP. Após é realizada uma cerimônia de entrega da carteira profissional na subsede, onde cada novo psicólogo (a) escolhe uma madrinha/padrinho psicóloga (o) pra entregar-lhe sua carteira e, durante seis meses o GT segue com encontros mensais onde são discutidas resoluções, código de ética, dúvidas em geral trazidas pelo grupo além

de encontros com temáticas específicas demandadas pelos participantes. Esse GT também é responsável por realizar a oficina “Lavando a Roupa Suja” com estudantes de Psicologia, onde é apresentado o CRP e são esclarecidas dúvidas dos acadêmicos em relação ao Conselho.

Nestes dois anos e meio de GT, esse grupo de trabalho, segundo a avaliação dos participantes, tem sido importante neste momento de início profissional em que se encontram pois aproximam os novos profissionais ao CRP criando uma relação mais estreita. Dessa forma, o psicólogo (a) que está iniciando o exercício de sua profissão, encontra nesta entidade um espaço para se colocar e entende que este é o novo órgão norteador de sua vida profissional. Através das temáticas debatidas, há também uma ampliação do conhecimento sobre a prática do psicólogo e o papel do CRP no auxílio à categoria. Outro resultado positivo deste trabalho é que, após participação no GT, alguns psicólogos tornaram-se colaboradores da subsede, passando a auxiliar na coordenação de outros GTs e trabalhos.

Portanto, mostra-se relevante a continuidade de um GT neste modelo dentro do CRP com vistas a fomentar a participação da categoria e servir como uma referência efetiva para os novos psicólogos em suas necessidades.

*Coordenadoras: Luciana Salvador
e Monica Pagnussat Klanovicz*

Avanços da Reforma Psiquiátrica em discussão nas Conferências de Saúde Mental

Profissionais, gestores, familiares e usuários dos serviços de saúde mental tiveram a oportunidade no mês de abril de participar das Conferências Municipais de Saúde Mental, com o tema “Saúde Mental, direito e compromisso de todos: consolidar avanços e enfrentar desafios”. O objetivo da série de eventos foi reunir profissionais de diversas áreas da saúde para discutir temas importantes da rede de atenção à saúde mental nos níveis municipal, estadual e nacional.

Os conferencistas discutiram formas de avançar na implementação da Reforma Psiquiátrica, em curso desde a aprovação no Congresso Nacional da lei 10.216 em 2001 (confira matéria na página 12). Segundo a psicóloga Ivarlete Guimarães de França, conselheira do CRPRS e integrante da comissão organizadora da III Conferência Municipal de Porto Alegre, os profissionais da saúde, usuários e gestores devem estar preparados para fazer frente aos novos desafios que surgiram desde a aprovação da lei da Reforma Psiquiátrica. “As novas demandas que surgem no campo da saúde mental impõem a necessidade de articulação com outras políticas públicas interse-



Saúde PMPA

toriais, em maiores investimentos na ampliação da capacidade da rede e na capacitação permanente dos profissionais, exigindo neste momento o salto de qualidade necessário sem retroceder nas conquistas já obtidas desde então”, enfatiza.

As conferências municipais anteciparam as etapas estadual e nacional do evento. A III Conferência Estadual do Rio Grande do Sul está marcada para os dias 20, 21 e 22 de maio, na cidade de São Lourenço do Sul. A IV Conferência Nacional de Saúde Mental ocorrerá de 27 a 30 de junho em Brasília (DF).

Confira as cidades que sediaram as conferências durante o mês de abril:

- Alvorada - 09 de abril
- Bagé - 15 de abril
- Cachoeira do Sul - 07 de abril
- Cachoeirinha - 15 de abril
- Canela - 10 de abril
- Canguçu - 16 de abril
- Canoas - 14 e 15 de abril
- Capão do Leão - 14 de abril
- Caxias do Sul - 10 de abril
- Eldorado do Sul - 07 de abril
- Esteio - 15 de abril
- Guaporé - 13 de abril
- Igrejinha - 15 de abril
- Ivoti - 12 de abril
- Jaguarão - 15 de abril
- Lajeado - 15 de abril
- Lindolfo Collor - 15 de abril
- Microrregional de Piratini, Pinheiro Machado e Pedras Altas - 14 de abril
- Microrregional de Turuçu, Morro Redondo e Arroio do Padre - 13 de abril
- Montenegro - 06 de abril
- Municípios da Costa Doce-Sul - 09 de abril
- Novo Hamburgo - 09 e 10 de abril
- Pelotas - 08 e 09 de abril
- Porto Alegre - 08, 09 e 10 de abril
- Região do Paranhana - 15 de abril
- Rio Grande - 14 e 15 de abril
- Rio Pardo - 08 de abril
- Santa Cruz - 13 de abril
- Santo Ângelo - 12 de abril
- São José do Norte - 12 de abril
- São Lourenço do Sul - 10 de abril
- São Luiz Gonzaga - 14 de abril
- Sapucaia do Sul - 27 de abril
- Vale do Sol - 08 de abril
- Viamão - 13 e 14 de abril

Carta aberta defende implementação da reforma psiquiátrica na execução de medidas de segurança

O Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) entregou na III Conferência Municipal de Saúde Mental Intersetorial de Porto Alegre carta aberta defendendo a discussão da reforma psiquiátrica na execução de medidas de segurança. Reforçando a iniciativa do CRPSP, em parceria com a Defensoria Pública de São Paulo e a Pastoral Carcerária Nacional, a conselheira Ivarlete Guimarães de França, integrante do Conselho Estadual de Saúde que preside o evento, defendeu a inclusão do debate nas discussões da Conferência Nacional a ser realizada de 27 a 30 de junho em Brasília (DF).

O manifesto propõe a discussão sobre as instituições manicômiais para onde são encaminhados indivíduos submetidos à medida de segurança pelo Poder Judiciário. A medida de segurança é o tratamento compulsório aplicado aos indivíduos inimputáveis que cometem um delito penal. Na carta, as entidades defendem que tal medida não tem caráter punitivo e não pode seguir a lógica do confinamento.

De acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), são aproximadamente 3.900 pessoas em cumprimento de medida de segurança no Brasil. A maioria encontra-se confinada em instituições como hospitais de custódia e manicômios judiciários. Os índices do DEPEN ainda apontam para o crescimento dessa população: em 4 anos houve um aumento de 40,93% de indivíduos internados (dezembro de 2003 a dezembro de 2007).

“As etapas municipais do Rio Grande do Sul que antecedem a IV Conferência Nacional de Saúde Mental já demonstram que a sociedade aprova os avanços alcançados pela Reforma Psiquiátrica em curso no Brasil, com a consolidação de um modelo de cuidado e atenção substitutivo aos manicômios e a formulação de propostas que buscam avançar ainda mais no enfrentamento dos novos desafios, como a aprovação da moção de apoio a Carta Aberta pela superação dos manicômios judiciários”, enfatiza Ivarlete.

A Reforma Psiquiátrica no Brasil

A Reforma Psiquiátrica propõe a eliminação dos manicômios e sua substituição por uma rede de serviços composta por Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), leitos para hospitais gerais do SUS e programas de atendimento extra-hospitalar, sem a exclusão de seus usuários do convívio social. De acordo com levantamento do Ministério da Saúde, o Rio Grande do Sul conta atualmente

com 810 leitos psiquiátricos em hospitais gerais do SUS (0,07 por 1 mil habitantes) e 129 CAPS (0,91 por 100 mil habitantes).

A história da luta antimanicomial no Brasil é marcada pela defesa contra os abusos aos direitos humanos. Confira abaixo alguns dos fatos que marcaram a trajetória da Reforma Psiquiátrica no país (dados do Ministério da Saúde):

1978 – Surge o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), primeiro movimento pelos direitos dos pacientes psiquiátricos no país, denunciando a violência dos manicômios e defendendo um novo modelo de assistência psiquiátrica às pessoas com transtornos mentais.

1987 – É criado o primeiro Centro de Assistência Psicossocial em São Paulo (SP), o CAPS Luis da Rocha Cerqueira, representando o início de um novo modelo de atenção em saúde mental.



1989 – A Secretaria Municipal de Saúde de Santos (SP) intervém no hospital psiquiátrico Casa de Saúde Anchieta, local de maus-tratos e mortes de pacientes. A divulgação dos abusos como confinamento dos internos, tratamentos de choque e espancamentos, teve repercussão nacional e demonstrou a necessidade de uma rede de cuidados substitutiva ao hospital psiquiátrico.

1999 – A Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) condena o Brasil pela morte de Damião Ximenes Lopes, portador de sofrimento psíquico que faleceu em decorrência de maus-tratos em uma clínica conveniada ao SUS em Sobral (CE). Foi a primeira condenação do Brasil na Corte e marco para a proteção dos Direitos Humanos no país.



2001 – Após 12 anos de tramitação no Congresso Nacional, é sancionada a lei da Reforma Psiquiátrica (Lei 10.216/01), que propõe a regulamentação da proteção e dos direitos da pessoa com transtornos mentais. É realizada no mesmo ano a 3ª e última edição da Conferência Nacional de Saúde Mental, que consolida a Reforma Psiquiátrica como política de governo. Oito anos depois, a Marcha dos Usuários pela Reforma Psiquiátrica conquista a realização da 4ª Conferência.



CRPRS defende em audiência pública visão diferenciada no combate às drogas

A Conselheira Presidente do CRPRS, Loiva Maria de Boni Santos, participou em 4 de maio da mesa de audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. O encontro, promovido pela Comissão de Assuntos Municipais, reuniu representantes de órgãos governamentais e de entidades da sociedade civil que debateram o combate ao crack e apresentaram projetos de enfrentamento ao problema.

Em sua fala, a representante do CRPRS defendeu o cuidado em rede para enfrentar o avanço do crack e outras drogas. “Nossa tendência é excluir, segregar, internar os usuários de drogas. Em alguns casos, a internação é pontual como estratégia de tratamento, mas ela é inócua se não há uma rede competente para receber este indivíduo de volta. Desta forma, ele retorna sempre ao consumo”, esclareceu.

A Conselheira ainda chamou a atenção dos presentes para a forma como os veículos de comunicação tratam a questão das drogas, ressaltando sua ineficiência: “As drogas sempre estiveram presentes na história da humanidade. O problema é quando a busca da droga traz prejuízos para o indivíduo. A mídia trata o crack como o vilão, mas as estatísticas apontam que o uso da droga é ínfimo em comparação às outras, como álcool e benzodiazepínicos. A forma como a mídia tem tratado o problema, com uma proposta aterrorizante para instalar o pânico, não tem auxiliado no combate ao uso abusivo de drogas. Este é um problema de todos nós”.

“É por isso que defendemos a redução de danos como uma estratégia possível para combater o problema. O crack revela-se como a forma de enfrentar o sofrimento e a dor da situação de rua. Assim, é necessário pensar estratégias efetivas de aplicação de recursos, com ações pensadas do poder público. É preciso combater a morte com vida: levar arte, cultura, esporte e lazer às comunidades como uma estratégia de enfrentamento efetiva contra o uso abusivo de drogas”, defendeu Loiva.

No final do encontro foi aberto espaço para intervenções de representantes de municípios e entidades do terceiro setor, que expuseram suas iniciativas de prevenção e tratamento aos usuários de drogas. A mesa contou com a presença dos deputados estaduais Cassiá Carpes (PTB) e Leila Fetter (PP).



Conselhos encaminham assinaturas contra Ato Médico

Aproximadamente 800 assinaturas coletadas no Rio Grande do Sul contra o Ato Médico foram encaminhadas até 28 de abril para o Conselho Federal de Psicologia. O CFP enviará o manifesto com as assinaturas coletadas em todo o país ao Presidente da República, ao Ministério da Saúde e aos Senadores. Os profissionais defendem que o conteúdo do projeto de lei representa um retrocesso às conquistas do Sistema Único de Saúde e uma interferência na autonomia das profissões da saúde.

O CRPRS, em parceria com outras entidades representativas, promoveu nos últimos meses diversos eventos para mobilizar estudantes e profissionais da saúde contra a aprovação do PL. As listas de assinaturas foram distribuídas em ocasiões como a manhã de atividades no Parque da Redenção no dia 7 de março e a audiência pública em 24 de março na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Os profissionais mobilizaram-se também em seus locais de trabalho e nas universidades.

O manifesto contra o Ato Médico pode ser conferido no site www.naoaatomedico.org.br. O vídeo da campanha promovida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) pode ser visto em www.youtube.com/confederalpsicologia.

Conselhos profissionais comemoram Dia Mundial da Saúde

O Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS), em parceria com os conselhos profissionais do Fórum de Democratização da Saúde, promoveu no Mercado Público de Porto Alegre atividades alusivas ao Dia Mundial da Saúde – 7 de abril.

Profissionais distribuíram materiais de orientação à população, esclarecendo sobre as competências de cada área da saúde e a atuação dos conselhos. Além disso, foram exibidos filmes alusivos ao dia. O Fórum é composto pelos Conselhos Regionais de Psicologia, Nutrição, Enfermagem, Educação Física, Serviço Social e Fisioterapia e Terapia Ocupacional.



Para registrar em nossos corações e mentes

*Em memória de Leila Nara Poitevin Cruz,
presidente do CRPRS nos anos de 1992 a 1995*

Fátima Fischer – Conselheira do CRPRS

Amigos, psicólogos e companheiros, em 5 de abril perdemos Leila Cruz, amiga e psicóloga que, como muitos de nós há mais de vinte anos, vinha viabilizando, conquistando e lutando pela saúde mental no RS. Leila era casada com Regis Cruz, que dirigiu o Hospital Psiquiátrico São Pedro nas mudanças enormes que alcançamos no governo Olívio Dutra. Era na casa deles, com Sandra Fagundes, Simone, Carmen Oliveira, Assuncion, Gabriel Camargo, Carmen Brito, Conceição, Miriam Dias, entre tantos que gestamos muitos processos na itinerância da saúde mental coletiva neste Estado. Era na cozinha, que Leila tão bem nos recebia, para que fôssemos “cozinhando” estratégias de enfrentamento, de sobrevivência em momentos nem tão fáceis da reforma psiquiátrica neste Estado. Mas também foi regado a muita alegria e fartas refeições que festejamos muitas vitórias. Na tua despedida eu lembrava, ao ver nosso time de primeira chorando juntos (a equipe dirigente da saúde mental no Estado, em idos de 1986), que também neste momento difícil fomos aquecidos um pelo outro. Ver a nossa presença solidária ali, me deu um grande conforto e força para acreditar nesta luta, pois ali a coletividade estava na força dos laços construídos neste campo de saúde mental.

É um momento de muita dor, surpreendidos que fomos por este pouco menos de um mês de doença que tirou a Leila do nosso convívio. Todos que tiveram a oportunidade de passar pela casa deles, onde sempre depois de grandes debates e teses confraternizávamos. Alegre e anfitriã por excelência, eram o que tão bem caracterizavam a Leila. Nos fez lembrar com alegria a convivência fraterna tão pouco existente nos dias de hoje. A companheira Leila muitas vezes dava suporte e infra-estrutura para nosso grupo de mentaleiros recém iniciados. Esteve à frente do Conselho Regional de Psicologia, lembrada pelos funcionários como a conselheira presidente que tinha um olhar muito cuidadoso com os mesmos. Até os dias de hoje militante do PT, lutava na esperança de uma sociedade justa e solidária. Leila, ao partir, traz à memória os inícios dos anos 80, o início guerreiro do movimento da saúde mental. Que esta lembrança nos fortaleça!

Valeu muito, Leila! Forte beijo, e onde estiveres, amiga, acredite: estaremos por aqui lutando por uma psicologia implicada e radicalmente transformadora. Tua alegria e participação efetiva na luta esperançosa por uma sociedade solidária continuará sendo nossa utopia, nosso sonho.

Psicologia das emergências e desastres: reflexões e questionamentos

As catástrofes naturais que se abateram sobre São Paulo e Rio de Janeiro nos meses de fevereiro e abril, vitimando centenas de pessoas, chamaram a atenção do país e reforçaram a importância da atuação do poder público no enfrentamento de emergências e desastres. As ocorrências trazem à tona uma questão para os profissionais da Psicologia: quais as contribuições que a área pode trazer quando o imprevisto se abate sobre comunidades e famílias inteiras?

Para esclarecer a atuação da Psicologia no enfrentamento de emergências e desastres, o Entrelinhas buscou o depoimento de Ana Paula Reis, psicóloga de Caxias do Sul e fundadora da Rede LUSPE (Clínicas Psicológicas especializadas em Luto e Perdas e Centro de Atendimento e estudos em Luto no Rio Grande do Sul).

“ Como equipe, a LUSPE tem participado, em 8 anos de funcionamento, de diversos atendimentos em emergências, desde os que caracterizam-se pela classificação técnica como pequenos acidentes, calamidades locais até desastres tecnológicos de grande proporção, como desastres aéreos. E o que sinto hoje, é que tenho muito mais dúvidas do que quando comecei, minhas perguntas se multiplicaram...

Muito se ouve falar sobre “Atenção Psicológica a Emergências”, mas será que os profissionais da nossa área têm realmente a dimensão das implicações desta atividade? E ainda, estão verdadeiramente preparados? Se esta preparação é possível, como deveria acontecer? Todos deveriam tê-la em sua formação? Ou existe um perfil? O quê verdadeiramente faz um Psicólogo diante de uma catástrofe? E o que ele tem para oferecer é realmente útil? E para quem?

Somos companheiros de viagem, neste bate papo, nos temores que todos carregamos de uma maneira ou outra, bem como na vida. Portanto, podemos virar a esquina e o desastre que “parecia” ser de outro, passa a ser nosso também.

É, deste ponto, que se me permitem, arrisco-me a responder essas perguntas. Do ponto de vista, do SER PESSOA, afinal, acredito que a pessoa que somos nunca abandona (e nem deve), o profissional que construímos dinâmica e continuamente.

Intervir em situações emergenciais é “mergulhar-se” na dor, no medo, no caos, no “sem sentido” da vida, na contra-mão, no alarme, no agudo, no absurdo e repentino, no impacto, no perplexo, no desamparo, na raiva, na injustiça, no desespero, no trauma e no luto. Aquele “nunca mais” que fará parte do “para sempre” de cada um de nós. Você se imagina em meio a tudo isso... para fazer o quê?

Este é um solo sagrado, debaixo dos escombros só existe amor, o custo do nosso compromisso de viver. Onde a vida mostra seu rosto mais severo, mais profundo e nos convida à resiliência. Não é lugar para falácias, faz-de-conta, atenções temporárias do tipo “só enquanto o desastre estiver na mídia”. É muito doloroso perder alguém que você ama, diluído numa lista de nomes, que será esquecida na próxima manchete de jornal. “Coisas” assim transcendem o óbvio, a realidade, o mundo como você o concebia, com suas normas e regras, a sensação de segurança que você utilizava para viver. Não é banal! Nesses momentos obrigatoriamente você entende o significado da expressão “na vida construímos certezas em terreno pantanoso”.

Assim é a violência de um trauma que transformará a vida e as pessoas para sempre. Que provavelmente incluirá perdas materiais, além do desmoronar de um mundo como presumido anteriormente, cujos sintomas podem perdurar por um bom tempo: pânico, memórias recorrentes e invasivas, ansiedade, dissociações, ódio, aceleração cardíaca, sudorese, tremores, estranhamento, despersonalização, distúrbio de sono e apetite, tristeza profunda, isolamento, pesadelos... nominados como Transtorno de Estresse Pós-Traumático. Pensem em como assimilar tudo isso e seguir adiante. Assimilar é tornar real, colocar dentro de você, de sua história de vida, algo que já aconteceu do seu lado de fora. Neste caso, algo desestruturante, não só doloroso. E então, com o tempo, aprender a amar em separado através de sua saudade amorosa e das melhores lembranças que tem, fazer mais do que sobreviver, fortalecer-se, reinscrever o sentido de sua vida, reinvesti-la de desejo, amor, criatividade e energia.

Depoimento

Honestamente, meu treinamento técnico levou em torno de dois anos, e ainda que conte com 6 anos de prática, confesso não me sentir preparada, e não sei se podemos realmente nos sentir prontos um dia.

O que sei vem do que sinto, e do que vivi. Sei que é muito, muito importante perceber que há uma luz acesa na escuridão. Uma mão estendida que esclareça o que está acontecendo, proteja e saiba o que fazer, dando algum senso de ordem, em meio ao caos.

Alguém que possa estabelecer prioridades diante da sensação de “soterramento”. Que auxilie a planejar, ganhar tempo frente ao medo, até que pensar com clareza seja novamente possível. Que possa construir respostas de enfrentamento de acordo com o que temos, quem somos, nossas necessidades e a nova realidade, ancorando a reconstrução de sentido.

Que saiba trabalhar em equipe para contar com toda ajuda possível. Alguém que acredite no apoio social, utilizando todo o conhecimento e recursos locais.

Alguém que escute com tolerância, porque tem compreensão, e que movimente-se no sentido do resgate da autonomia, de uma rotina viável, reconstituindo um senso de equilíbrio e tranquilidade tanto quanto possível. E que também se escute, não como protagonista, mas embora na condição de cuidador, facilitador, esteja atento a sua forma de sentir e cuide disso em algum momento.

Que busque respostas, que tenha informações claras para dar. Que saiba o significado das expressões assegurar e reassegurar, sendo capaz de oferecer apoio, proximidade, algum conforto, segurança, alguma previsibilidade honesta.

Que entenda o quanto é importante e vital despedir-se, expressar emoções, se apropriar delas, ritualizar, preservar os laços e ainda que ausentes, os amores.

Alguém que não tente fugir fazendo “qualquer coisa”, tal como indicar o uso de calmantes porque está assustado, desorientado, ou precisa livrar-se da sensação insuportável de responsabilidade sobre o evento.

E acima de tudo, alguém que encontre uma maneira de manter o apoio por um longo período, ainda que através de outras pessoas.

São estes “pequenos atos de bondade humana” que recheiam as técnicas e verdadeiramente preservam contatos e esperanças. Espaços seguros oferecidos para organizar, compartilhar, validar e reconfortar, que ventam na direção da cura da alma e no aprendizado em comum. Onde a única diferença entre o cuidar e ser cuidado está no lugar que você ocupa naquele momento.

Profissionalmente, acredito que o grande desafio está em mudar as nossas respostas e percepções sobre essa dimensão do cuidar, e não as de outros. E no que se refere ao poder público, político e privado, é urgente o despertar para criar práticas, estratégias, treinamentos, planejamentos preventivos, que contem com a ajuda de profissionais de todas as áreas (com devido reconhecimento financeiro), para o caso de sabermos o que fazer quando “o repentino” arrombar nossa porta.

Gostaria de agradecer todas as famílias com as quais aprendi sobre a força do amor, bem como, a equipe da LUSPE, e aos nossos professores; Dra. Maria Helena P. Franco, Gabriela Casellato, Cecília Casali e as produções do Dr. Colin Parkes, citações utilizadas neste artigo, e em nossas vidas. ””

Ana Paula Reis é Psicóloga Clínica, graduada pela UCS, fundadora do Projeto de Aconselhamento Psicológico durante o Ritual Fúnebre no setting funerário, com formação e aprimoramento em Psicologia do Luto e suas implicações nas Intervenções Clínicas e Institucionais. Especialista em Teoria, Pesquisa e Intervenção em Luto pelo Instituto 4 Estações de São Paulo. Coordenadora há 8 anos do Grupo de Apoio a Pais que perderam Filhos “Anjos Secretos”. Tanatóloga pela RNT/CE (Rede Nacional de Tanatologia e CTPlus – Centro de Tratamento e Pesquisa em Perdas e Luto – Fortaleza/CE). Fundadora da Rede LUSPE, na matriz e filial 1 em Caxias do Sul, com outras filiais em Bento Gonçalves e Porto Alegre.

O Atestado Psicológico

Em função dos inúmeros questionamentos recebidos pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul quanto à competência profissional para emissão de atestado, a Comissão de Orientação e Fiscalização vem fazer os seguintes esclarecimentos:

- 1.** A profissão de Psicólogo no Brasil está regulamentada pela Lei 4.119/62 e Decreto 53.464/64, que disciplina o exercício profissional e descreve as prerrogativas legais dos profissionais psicólogos.
- 2.** Entre as prerrogativas previstas em lei como privativas do psicólogo, temos, entre outras, a utilização de métodos e técnicas psicológicas com o objetivo de diagnóstico psicológico.
- 3.** O Conselho Federal de Psicologia, amparado em lei, emitiu Resolução que trata especificamente da concessão de atestado psicológico para tratamento de saúde por problemas

psicológicos, diferenciando de outras profissões que possam também estar autorizadas à emissão de atestado em saúde.

4. A Resolução CFP nº 015/1996 (confira abaixo) institui e regulamenta a concessão de atestado psicológico para tratamento por problemas de saúde, disciplinando a emissão do referido documento pelo psicólogo, circunscrita às suas atribuições profissionais e fundamentada no diagnóstico psicológico produzido.

5. Sendo assim, não há impedimento e/ou ilegalidade de o psicólogo emitir atestado psicológico objetivando justificar afastamento do trabalho, em conformidade com a legislação trabalhista.

6. Por fim, ressaltamos que o diagnóstico em saúde NÃO é uma prática exclusivamente médica, não sendo possível restringir o diagnóstico e tratamento em saúde a uma única profissão, na contramão do conhecimento científico e técnico que vem sendo produzido na área da saúde.

RESOLUÇÃO CFP Nº 015/96 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1996

Ementa: Institui e regulamenta a Concessão de Atestado Psicológico para tratamento de saúde por problemas psicológicos.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

CONSIDERANDO que o PSICÓLOGO, é um profissional que atua também na área da SAÚDE, com fundamento, inclusive, na caracterização efetuada pela OIT, OMS e CBO;

CONSIDERANDO que o parágrafo 1º do artigo 13 da Lei nº 4.119 de 27 de agosto de 1962 estabelece que é função do psicólogo a elaboração de diagnóstico psicológico;

CONSIDERANDO que o PSICÓLOGO pode diagnosticar condições mentais que incapacitem o paciente para o trabalho e/ou estudos;

CONSIDERANDO que o PSICÓLOGO pode diagnosticar condições mentais que ofereçam riscos para o paciente e para o próprio meio ambiente onde se insere;

CONSIDERANDO que para o devido restabelecimento do equilíbrio mental do paciente é muitas vezes necessário seu atestado das atividades laborais ou de estudos;

CONSIDERANDO que tal medida visa, sobretudo, promover a saúde mental, garantir as condições de trabalho necessárias ao bem estar individual e social, valorizando os direitos do cidadão;

CONSIDERANDO, ainda a ampla repercussão da resolução nº 07/94, L as discussões ocorridas em várias instâncias e o deliberado no II Congresso Nacional de Psicologia.

RESOLVE:

Art. 1º É atribuição do PSICÓLOGO a emissão de atestado psicológico circunscrito às suas atribuições profissionais e com fundamento no diagnóstico psicológico produzido.

Parágrafo único - Fica facultado ao psicólogo o uso do Código Internacional de Doenças - CID, ou outros Códigos de diagnóstico, científica e socialmente reconhecidos, como fonte para enquadramento de diagnóstico.

Art. 2º Quando emitir atestado com a finalidade de afastamento para tratamento de saúde, fica o PSICÓLOGO obrigado a manter em seus arquivos a documentação técnica que fundamenta o atestado por ele concedido e a registrar as situações decorrentes da emissão do mesmo.

Parágrafo único - Os Conselhos Regionais poderão a qualquer tempo suscitar o PSICÓLOGO a apresentar a documentação que se refere o "caput" para comprovação da fundamentação científica do atestado.

Art. 3º No caso do afastamento para tratamento de saúde ultrapassar a 15 (quinze) dias o paciente deverá ser encaminhado pela empresa à Perícia da Previdência Social, para efeito de concessão de auxílio doença.

Art. 4º O atestado emitido pelo PSICÓLOGO deverá ser fornecido ao paciente, que por sua vez se incumbirá de apresentá-lo a quem de direito para efeito de justificativa de falta, por motivo de tratamento de saúde.

Art. 5º O PSICÓLOGO será profissionalmente responsável pelos termos contidos no atestado emitido, devendo cumprir seu mister com zelo e competência sob pena de violação, dentre outros, do art. 2, alínea "m" do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pelos Conselhos Regionais.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Brasília (DF), 13 de dezembro de 1996.

O papel do psicólogo no processo de escuta de crianças e adolescentes em situação de violência

Eduarda Coelho Torres, Lúcio Fernando Garcia e Michele Cervo

O debate em torno do tema da escuta de crianças e adolescentes toma corpo principalmente nesses últimos cinco anos, impulsionado pelo Projeto Depoimento Sem Dano, criado no Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre/RS. O projeto destina-se à oitiva de crianças e adolescentes apontados como vítimas ou testemunhas nas mais variadas formas de violência. A polêmica em torno do tema deve-se, além da inquirição de crianças, à participação do psicólogo na tomada do depoimento, onde o local da inquirição fica conectado por vídeo e áudio à sala de audiência. O juiz e os demais participantes vêem e ouvem, por meio de um aparelho de televisão, o depoimento da criança ou adolescente.

Essa prática gera uma série de dúvidas entre os psicólogos e o que era apenas um projeto local toma força no cenário Nacional através do Projeto de Lei 4126/2004, acelerando o debate pelos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia.

Desde 2007 têm-se realizado encontros para discussão do tema e pactuação de alguns consensos. Nos dias 19 e 20 de fevereiro, deste ano, reuniram-se em Brasília representantes dos 18 Conselhos Regionais, a fim de participar da Oficina “O Papel do Psicólogo no Processo de Escuta de Crianças e Adolescentes” em situação de violência. Essa oficina contou com a participação de vários convidados e colaboradores e teve como objetivos discutir e criar princípios norteadores da escuta de crianças e adolescentes; estabelecer os marcos referenciais dessa escuta; e os referenciais técnicos para o exercício profissional.

No primeiro dia de oficina foram realizadas mesas redondas onde o grande grupo foi sendo aquecido para os grupos de trabalho que aconteceram no segundo dia. As mesas redondas abordaram os princípios norteadores da escuta de crianças

e adolescentes; o lugar dos serviços destinados a escuta – através de relato de experiências e o papel do judiciário – e a escuta. Os grupos de trabalho foram divididos conforme os três objetivos: Princípios Norteadores da Escuta; Marcos Referenciais; Referenciais Técnicos.

Wanderlino Nogueira Neto, Procurador de Justiça do Ministério Público da Bahia, falou sobre a pluralidade e direito à diversidade no Brasil, enfatizando o não avanço nesta área. Fez críticas à inquirição de crianças salientando não existir um depoimento “sem dano”. Propôs que ao invés de discutir como fazer o depoimento que se discuta o próprio depoimento, referindo que polícia e judiciário devem produzir as provas necessárias, não a criança. Destacou a importância da escuta do profissional técnico em sua profissão, lembrando que a escuta do psicólogo e assistente social não tem como objetivo a busca da verdade. Definiu a escuta da criança e adolescente como um direito, referindo que a inquirição, por sua vez, tem sido apresentada como justificativa a um falso protagonismo social, que no seu entender, seria uma “armação do adulto”.

Alexandre Moraes da Rosa, Juiz de Direito de Santa Catarina e membro do Núcleo de Direito e Psicanálise da UFPR, ao referir-se ao depoimento prestado pela criança, salienta que no Direito o silêncio se confunde com o nada, o vazio; diferentemente do significado para a psicologia. Reforça a crença presente muitas vezes no âmbito jurídico de que criança não mente e completa lembrando pesquisas que vêm sendo desenvolvidas sobre falsas memórias (lembança de histórias inventadas sem nenhuma base na realidade ou distorções de fatos ocorridos que acabam sendo incorporados e vividos como memória de fatos reais).

Esther Arantes, Conselheira do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro,

lembra que em muitas situações nas quais crianças e adolescentes testemunharam crimes, acabaram sofrendo ameaças pelos denunciados num flagrante risco a sua integridade.

A preocupação com o fato da psicologia por vezes se utilizar do discurso jurídico para justificar a participação da criança foi levantada por Sandra Amarin, Mestre em Psicopatologia e Psicologia Clínica e professora do Departamento de Ciências Humanas da UFMS, que contribuiu ainda elegendo cinco norteadores para a problematização da escuta de crianças:

- **A Doutrina da Proteção Integral:** na qual a proteção não é tutela, buscando distanciar-se de ações que provocam a patologização do comportamento, posturas higienistas e assistencialismo. O direito ao silêncio da criança deve ser considerado e respeitado;

- **exigência da congruência da prática:** o psicólogo precisa atentar para o que se entende como verdade e as diferenças entre verdade psíquica e verdade jurídica nas quais os riscos de homogeneização dos sujeitos e das práticas estão sempre presentes;

- **necessidade de aporte teórico sólido que sustente a prática profissional:** o psicólogo deve ter clareza para avaliar cada situação para cada sujeito, que pode ser traumática a partir da maneira como a criança processa essa experiência. Um sujeito responde de maneira diferente às situações de vulnerabilidade e violência;

- **interdisciplinaridade:** compor com um conjunto de saberes, buscando a potencialidade de cada disciplina, superando a visão dicotômica/fragmentária. Observa-se a existência de um movimento de não responsabilização e disputa, na qual a criança ora é da educação, ora da saúde, ora do direito, muitas vezes ficando sem referência no seu acompanhamento;

- **responsabilidade de construir uma metodologia de trabalho do psicólogo:** a escuta como técnica e a preocupação com todo o processo na constante reflexão de sua prática, considerando o sujeito ético e conhecendo os recursos tecnológicos da profissão.

Muitas foram as contribuições tanto dos painelistas e debatedores como dos representantes dos CRs. Ao final da oficina, após os diversos debates estabelecidos ao longo do encontro e que tiveram por base as discussões previamente construídas em cada região, foi elaborada uma minuta de resolução a fim de regulamentar a escuta psicológica de crianças e adolescentes na rede de proteção, ainda a ser apreciada e aprovada pelo Sistema Conselhos (composto por todos os Regionais e Conselho Federal) na próxima APAF (Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças) a ocorrer no mês de maio deste ano.

Parece ser consenso a necessidade de tornar claro o objetivo e o fazer do psicólogo em relação à escuta de crianças e adolescentes em situação de violência. A inquirição não é atribuição do psicólogo. A este, cabe oferecer espaço qualificado da escuta do sofrimento, os processos judiciais envolvendo crianças e adolescentes devem ser conduzidos priorizando sua proteção. É preciso não esquecer que a fala da criança vai muito além do uso da linguagem e cabe ao psicólogo compreendê-la e traduzi-la quando isto se fizer necessário, respeitando sempre o sigilo apontado pelo Código de Ética Profissional. O psicólogo contribui neste processo fazendo o uso adequado das técnicas e instrumentos pertinentes ao seu fazer. Um documento psicológico (laudo, parecer...) construído de forma adequada e responsável, com linguagem que atenda ao que se destina, deve ser considerado nos processos judiciais como documento técnico legal que possa substituir a presença da criança nas situações de inquirição.

Reconhecemos o direito constitucional da criança e adolescente vítimas de violência serem ouvidas pela autoridade judicial. O psicólogo é profissional capacitado a fazer a escuta e elaborar documento que sustente informações advindas desta prática que farão parte do processo de tomada de decisões pelo judiciário. O trabalho em rede pressupõe a colaboração de diversos profissionais, não devendo o psicólogo se eximir de participar quando tiver contribuições a fazer.

Mais uma vez ativamos nossos canais de comunicação!

Compartilhar notícias, fazer convites e celebrar conquistas é um de nossos melhores e maiores propósitos. Não teríamos como iniciar esta conversa sem ressaltar o ano de 2010 de forma especial.

O que nos leva, dentre tantas produções, fazer esta referência? Queremos mais do que tudo celebrar o fato de 2010 ser o ano da IV CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL INTERSETORIAL.

Melhor testemunhar o quanto muitos de nós está acompanhando este processo bem como trabalhando para que a CNSM aconteça de forma plena, afirmando mais um importante passo pela efetivação de uma política pública de saúde mental que cumpra o marco legal definido pela lei da reforma psiquiátrica ANTIMANICOMIAL.

Como já viemos afirmando ao longo destes anos é tempo de consolidar uma psicologia conectada com as políticas públicas expressando nas ações desenvolvidas por cada profissional uma prática alicerçada no compromisso social e nos direitos humanos.

O ano de 2010 aponta a realização de mais quatro pesquisas que visam melhor conhecer as práticas desenvolvidas por profissionais da psicologia nos seguintes campos das políticas públicas:

1. HOSPITAIS QUE ATENDEM SUS – realizada entre fevereiro e abril de 2010

2. CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/ SUAS – em desenvolvimento até 05 de junho de 2010

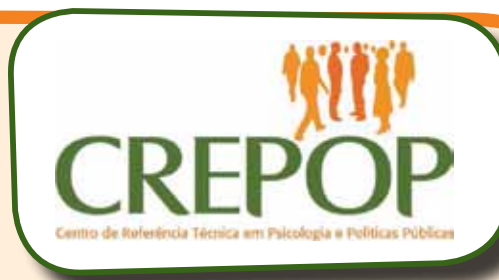
3. DIVERSIDADE SEXUAL – a ser desenvolvida no período de 07 de junho a 07 de agosto de 2010

4. ESPORTE - a ser desenvolvida no período de 09 de agosto a 09 de outubro de 2010

Sabemos que muitos já conhecem o CREPOP e seus princípios, mas sempre vale retomar algumas questões centrais, pois temos o desafio permanente de ampliar nossas articulações e canais de comunicação podendo acolher novos leitores, parceiros e colegas disponibilizando informações e proposições que aqueçam nossas rodas de conversa, nossos encontros e fortaleçam as equipes das quais fazemos parte.

PSICÓLOGO, SEU FAZER NOS INTERESSA expressa uma das maiores marcas, ações e metodologias utilizadas pelo CREPOP uma vez que reconhece e valoriza as aprendizagens realizadas pelos psicólogos ativos nos diversos campos das políticas públicas.

Presente em todo Sistema Conselhos – o CREPOP – tem como objetivo ser um espaço de interlocução e busca permanente de referenciais teóricos e práticos sobre as intervenções desenvolvidas pelos profissionais que atuam no campo das políticas públicas. Desta forma o CREPOP vem consolidando sua ação especialmente a partir do diálogo estabelecido com a categoria que tem muito a dizer sobre este assunto. Sensibilizar nosso olhar e investir cada vez mais



numa prática voltada aos direitos humanos já não é mais uma intenção, (re)conhecer as práticas, subsidiar novas ações e sustentar o compromisso social da psicologia neste campo é meta do CREPOP e será atingida na medida que cada vez mais profissionais estejam pró-ativamente envolvidos.

O CREPOP apresenta como um de seus principais propósitos a ampliação da atuação dos psicólogos e das psicólogas na esfera pública, expandindo a contribuição profissional da Psicologia para a sociedade brasileira e, conseqüentemente, colaborando para a promoção dos Direitos Humanos no país. Para alcançar este objetivo realizamos um conjunto de ações e mantemos aberto um canal de comunicação no CRPRS para que sempre possamos dialogar sobre o tema das Políticas Públicas suas conquistas, dificuldades e desafios. Promover a interlocução da Psicologia organizada com os espaços de formulação, gestão e execução em Políticas Públicas tem adquirido cada vez mais forma e função nas estruturas do Sistema Conselhos de psicologia.

Permanecer conectado com a categoria

O CREPOP entende que nenhum processo se encerra com o término das atividades de pesquisa. Todos os caminhos estabelecem um ponto de partida que será muito mais rico se percorrido coletivamente. Produzir saúde e cidadania à população e à categoria também passa a ser meta do CREPOP.

O CREPOP busca consolidar suas fontes de informação e articulação através da participação permanente nas reuniões específicas da Comissão de Políticas Públicas bem como reconhece nesta instância seu canal direto de comunicação dentro da estrutura de funcionamento do CRPRS. Outra estratégia de intervenção cada vez mais potente passa a ser o acompanhamento realizado pelo CREPOP junto aos espaços de controle social nos quais cada vez mais o CRP ganha espaço de representação da categoria e nos quais expresso seu compromisso social e busca atuar de forma propositiva e implicada com a garantia dos Direitos Humanos.

Mantenha-se informado

Leia mais sobre o CREPOP, bem como acesse os resultados das pesquisas desenvolvidas até agora, através do link do CREPOP disponibilizado na página virtual do CRPRS. Qualquer dúvida, contribuição ou consideração, entre em contato através do email crepop@crprs.org.br ou ligue para nós.

Até um breve encontro!

Silvia Giugliani

Assessora Técnica do CREPOP/CRPRS

Ética em debate no Espaço Psi de abril

Viviane Salvador

O Espaço Psi, edição de abril, reuniu cerca de 50 pessoas, entre profissionais de diversas áreas e estudantes de psicologia no dia 15, no Aristo's Pub, Clube Juvenil em Caxias do Sul.

O palestrante do encontro foi o Dr. Donaldo Schuler. Catarinense, morando em Porto Alegre, Schuler é professor de letras da UFRGS, autor de diversas obras consagradas e ministrante de cursos sobre filosofia e psicanálise.

“Nunca fomos tão livres e chega o momento em que o homem tem medo da liberdade”, essa foi uma das colocações do professor Donaldo durante o encontro que discutiu a ética na condição humana ao longo da história. O palestrante abordou o tema visto pela filosofia grega até os dias atuais. A internet e a sociedade de consumo também foram discutidas no encontro.

O Espaço Psi é gratuito e aberto à toda comunidade. A promoção é do Conselho Regional de Psicologia – Subseção Serra.



Todo mês, o encontro debate temas do cotidiano, de maneira informal. Os temas dos próximos encontros podem ser conferidos na contracapa desta edição.

Dica cultural

Tem Dias de Lua Cheia

Como anda a vida? Uma pergunta aparentemente tão singela pode desencadear uma trama de reflexões. Quem de nós já não esteve nesses entrelaçamentos e se deparou com a eterna questão: “Minha vida?”. Um sorriso sem graça do tipo “É, vai indo”, uma fala despistada regada de racionalidade. “Muito trabalho, mas todo mundo está assim”, e imediatamente um desvio de cena: “E você, o que anda fazendo?”. Ou quem sabe uma respiração profunda daquelas que vem no momento em que nos deparamos com o olhar inquisidor daquele ou daquela que encontramos na frente do espelho. A pergunta pode vir silenciosa ou barulhenta, porém, ela sempre chega (ou será que ela sempre está e nós baixamos o som?).

No filme *Tem Dias de Lua Cheia*, do diretor Claude Lelouch, os vários sons desse perguntar emergem no viver dos personagens que transitam aceleradamente no primeiro dia do horário de verão na Europa e vêem suas vidas alteradas pelo simples rodar do ponteiro do relógio. Uma hora a menos no dia e o ritmo do que é coordenado (ou será controlado?) se esvai. Como diz na sinopse do filme: se um segundo pode mudar nossa vida, o que dizer de uma hora? O pequeno movimento redimensiona toda uma sociedade, os personagens buscam em um desespero mudo o tempo que lhes foi tirado, um tempo real ou simbólico? Não sabemos, afinal tudo é tão transitório nesses espaços contemporâneos, como no filme de Claude Lelouch. As várias cores dessas cenas diárias permeiam a subjetividade e tal qual uma tela de pintura serão mescladas não pela mistura das cores, mas pelas mãos de quem pinta. O filme inquieta por ser tão explícito, dispara por ser sutilmente inquisidor e poderá ou não desacomodar, isso dependerá de quanto você estará disposto a responder: afinal como anda minha vida? Não é uma questão estanque, é talvez um breve re-olhar para nossas escolhas. Poderemos estar na vida e falar sobre ela (teorias temos inúmeras) ou poderemos estar na vida e vivê-la. É uma questão de escolha!



Simone da Silva Machado

Psicóloga, coordenadora do NEAPC / Núcleo de Estudos e Atendimento em Psicoterapias Cognitivas
Colaboradora da Comissão de Psicoterapia do CRP 07

Agenda

Espaço Psi

Programação de debates promovidos pela Subseção Serra do CRPRS

17/06 – Sofrimento Psíquico na Infância: quando intervir?

19/08 – Psicologia do Trabalho e das Organizações

16/09 – Alcoolismo e Toxicomania

21/10 – Gestão de RH

Local: Aristo's Pub – Caxias do Sul

18/05 – Ética Profissional

Local: Farroupilha/RS

06/07 – Psicologia Clínica

Local: Bento Gonçalves

19/10 – Medicalização nas Escolas

Local: Vacaria

18/11 – Psicologia Clínica e Social: questões das mudanças climáticas

Local: Carlos Barbosa

Informações: (54) 3223-7848 ou caxias@crprs.org.br

Cursos

Especialização em Dinâmica das Relações Conjugais e Familiares
Especialização em Psicopedagogia e as Tecnologias de (In)Formação e Comunicação: Teoria e Prática

Local: IMED

Informações: (54) 3045-6100

www.imed.edu.br

A Psicologia do Adulto Jovem e Adulto Maduro

Local: CLAM

Informações: (51) 3328-0622

www.clam.emed.com.br

Especialização em Psicologia Organizacional

Local: IDG – Porto Alegre

Informações: (51) 3232-6104

idg@idgrs.com.br

Avaliação Diagnóstica: Diagnóstico e Instrumentos de Avaliação

Especialização em Terapias Cognitivas

Local: Núcleo de Estudos e Atendimentos em Psicoterapias Cognitivas

Informações: (51) 3333-2123

<http://www.nucleodeterapiascognitivas.com.br>

Especialização em Gestão em Saúde/UFRGS

Local: Ensino a Distância

Informações: <http://www.ea.ufrgs.br>

Curso de Formação em Psicanálise

Local: CEP

Informações: (11) 3864-2330 / (11) 3865-0017

cep@centropsicanalise.com.br

<http://www.centropsicanalise.com.br>

Saúde Mental Coletiva

Local: FSG – Faculdade da Serra Gaúcha

Informações: (54) 2101-6000

<http://www.fsg.br>

Psicoterapia Cognitivo Comportamental

Local: Ensino à distância

Informações: (51) 3320-3651

ead@puhrs.br

<http://www.ead.puhrs.br>

Curso de Filosofia

Local: Contemporâneo

Informações: (51) 3019.5344

ensino@contemporaneo.org.br

<http://www.contemporaneo.org.br>

Os Avanços da Psicanálise com Lacan

Local: Hotel Quality - Rua Comendador Caminha, 42

Informações: (51) 3212-3151

<http://www.celacan.com.br>

Formação em Psicoterapia

Local: GAEPSI

Informações: (51) 3331-3781

Congressos, Jornadas, Simpósios

IX Jornada do Adulto Maduro

19/08/2010

Local: CLAM

Informações: (51) 3328-0622

www.clam.emed.com.br

Congresso da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio Grande do Sul
05 a 07/08/2010

Local: Gramado

Informações: www.socergs.org.br/congresso

Jornada Estadual de Psicologia Escolar

28 e 29/05/2010

Local: Instituto Goethe de Porto Alegre - Rua 24 de Outubro, nº 112 - Moinhos de Vento

Informações: (51) 9606-1200

capepsi@terra.com.br

www.capepsi.com.br

10º Congresso de Stress da ISMA-BR

Local: Centro de Eventos Hotel Plaza São Rafael - Porto Alegre/RS

22, 23 e 24/06/2010

Informações: <http://www.ismabrasil.com.br>

I Congresso Internacional Adolescência e Violência

26, 27 e 28/08/2010

Local: Brasília – DF

Informações: cong.adolescencia@universa.org.br

<http://www.congressoadolescencia.universa.org.br>

II Simpósio Sul-Brasileiro de Psicologia Jurídica

24 e 25/09/2010

Local: Hotel Continental - Porto Alegre

Informações: (51) 3330-4000

projecto@terra.com.br

<http://www.projecto-psi.com.br>

IX Encontro Clio-Psyché

27, 28 e 29/10/2010

Local: Clio-Psyché

Informações: (21) 2334-0830

<http://www.cliopsyche.uerj.br/ixcliopsyche>